



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI

Ata de Registro de Preços Nº 03/2025/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 03/2025

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**, inscrito no CNPJ sob o nº **05.957.363/0001-33**, situado na Praça Des. Edgar Nogueira, 80 - Centro Cívico, bairro Cabral, em Teresina - PI, CEP 64000-920, neste ato representado por seu Presidente, Des. SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, Processo Eletrônico SEI nº 0012823-18.2024.6.18.8000, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta Ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material de consumo, especificado(s) no(s) item(ns) 27, 28, 29 e 30 do Termo de Referência nº 8/2025, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico nº 90002/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| FORNECEDOR: VIBROTHERS SOLUÇÕES (LUCAS O. SANTOS LTDA) | | | | | |
| CNPJ nº 51.643.485/0001-72 | | | | | |
| Endereço Avenida Paulista, 1471 - Conj 511 - SL 02 - CP 3107 - CEP: 01.311-927 São Paulo - SP | | | | | |
| Telefone(s): (11) 12080028 | | | | | |
| E-mail: licitacao@vibrothers.com.br; lucasosantos@gmail.com | | | | | |
| Representante legal: Lucas Oliveira Santos | | | | | |

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | QUANT | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|---------------|---------|-------|----------------|-------------|
| | | | | | |

| | | | | | |
|----|--|--------------|-------|-------|-----------|
| 27 | <p>FITA ADESIVA - FITA ADESIVA - FITA ADESIVA MATERIAL: PAPEL CREPADO, TIPO: MONOFACE, LARGURA: 50MM, COMPRIMENTO: 50M, COR: BEGE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TARTAN, TRAT</p> <p>Marca / Modelo: PLASFIX</p> | ROLO 50,00 M | 2.000 | 13,57 | 27.140,00 |
| 28 | <p>CAIXA EMBALAGEM MATERIAL: PAPELÃO, TIPO: ONDULADO, COMPRIMENTO: 370MM, LARGURA: 290MM, ALTURA: 245MM, COR: PARDA, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE MERCADORIAS, FORMATO: RETANGULAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM IMPRESSÃO, GRAMATURA: 820G/M2</p> <p>Marca / Modelo: PRIMUS</p> | UNIDADE | 2.000 | 7,67 | 15.340,00 |
| 29 | <p>CAIXA EMBALAGEM MATERIAL: PAPELÃO, TIPO: ONDULADO, COMPRIMENTO: 430MM, LARGURA: 340MM, ALTURA: 310MM, ESPESSURA: 7MM</p> <p>Marca / Modelo: PRIMUS</p> | UNIDADE | 2.000 | 9,15 | 18.300,00 |

| | | | | | |
|--------------|--|---------|-------|-------|----------------------|
| 30 | CAIXA EMBALAGEM MATERIAL: PAPELÃO DUPLO, TIPO: TRIPLEX, COMPRIMENTO: 600MM, LARGURA: 370MM, ALTURA: 400MM, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS, GRAMATURA: 790G/M2 Marca / Modelo: PRIMUS | UNIDADE | 2.000 | 13,72 | 27.440,00 |
| VALOR TOTAL: | | | | | R\$ 88.220,00 |

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. Não foram aceitos Órgãos na condição de participantes nesta Ata de Registro de Preços, tendo em vista a indisponibilidade de pessoal necessário e capacitado ao gerenciamento do volume adicional de procedimentos que os mesmos trariam para o eficaz gerenciamento das Atas de Registro de Preços, ficando, deste modo, inviabilizada a realização da divulgação da Intenção de Registro de Preços, nos termos do Decreto nº 11.652/2023.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do TRE-PI e do fornecedor.

4.2. A autorização do TRE-PI apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O TRE-PI poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento

4.3. Após a autorização do TRE-PI, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da Ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo TRE-PI, desde que respeitado o limite temporal

de vigência da Ata de Registro de Preços.

Dos limites para as adesões

4.5. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o TRE-PI e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

4.7. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Na formalização do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) na Ata será formalizada pelo TRE-PI por intermédio de emissão de Nota de Empenho, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços

5.4.1. Serão registrados na Ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela.

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na Ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que

inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.4 será formalizado por despacho do TRE-PI, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do TRE-PI a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada no Sistema Eletrônico de Informações, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

DES. SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS

PRESIDENTE

VIBROTHERS SOLUÇÕES (LUCAS O. SANTOS LTDA)

REPRESENTANTE LEGAL

LUCAS OLIVEIRA SANTOS

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| ITEM | FORNECEDOR: ATIVA - SERVICOS E SOLUCOES LTDA, CNPJ Nº 53.388.339/0001-73, email: patriciagomesin@gmail.com | | | | | | | |
|------|--|-------|----------------------------------|---------|-------------------|-------------------|----------|-------------|
| | Especificação | Marca | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Un | VALOR TOTAL |
| 27 | FITA GOMADA TIPO CREPADA, EM PAPEL NA COR KRAFT NATURAL; DIMENSÕES 48MM X 50M; APLICAÇÃO MULTIMUSO. REFERÊNCIAS: 3M, MASTERSIX | 3M | | UN | 2.000 | | 13,57 | 27.140,00 |

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

| | |
|---|---------------------|
| NOME COMPLETO DO USUÁRIO: Lucas Oliveira Santos | |
| IDENTIDADE: 37.***.***-4 SSP-SP | CPF: 328.***.***-06 |
| E-MAIL DO USUÁRIO: lucasosantos@gmail.com | |
| LOGRADOURO: RUA SANTA CLARA, 135 | |
| COMPLEMENTO: | BAIRRO: CENTRO |
| CIDADE: JUAZEIRO DO NORTE | ESTADO: CEARÁ |
| TELEFONE: (88) 97297903 | CEP: |

Por meio deste documento e do cadastro como Usuário Externo no SEI do TRE-PI, declaro que aceito todos os termos e condições que disciplinam o processo

eletrônico, com fundamento na legislação pertinente e especialmente no Decreto Nº 8.539, de 08/10/15, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

Declaro, ainda, que o endereço informado referente ao meu domicílio é verdadeiro e que são de minha exclusiva responsabilidade:

- I - o sigilo da senha de acesso, não sendo oponente, alegação de uso indevido;
- II - a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os atos praticados até as 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo;
- III - as condições da rede de comunicação, do acesso ao provedor de internet e a configuração do computador a ser utilizado nas transmissões eletrônicas;
- IV - a observância dos períodos de manutenção programada, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

Por fim, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), declaro ciência do tratamento dos meus dados pessoais pelo TRE-PI, inclusive para sua publicação nos portais de Transparência do Órgão.

Para que o seu acesso seja liberado e o cadastro aprovado o usuário deve enviar os seguintes documentos ao endereço eletrônico cs@tre-pi.jus.br:

- a) cópias de RG e CPF ou de outro documento de identidade válido no qual constem estes dados;
- b) este formulário preenchido e assinado.

LUCAS OLIVEIRA SANTOS



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS OLIVEIRA registrado(a) civilmente como LUCAS OLIVEIRA SANTOS, Usuário Externo**, em 19/05/2025, às 16:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Ribeiro Martins, Presidente**, em 20/05/2025, às 09:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002398919** e o código CRC **8DF2618D**.

0012823-18.2024.6.18.8000

0002398919v10



**VIBROTHERS SOLUÇÕES (LUCAS O. SANTOS LTDA)****Rua:** Avenida Paulista, 1471 - Conj 511 - SL 02 - CP 3107 - CEP: 01.311-927

São Paulo - SP

Telefone: (11) 91208-0028**CNPJ:** 51.643.485/0001-72 **IE:** 124.627.351.119**Email:** licitacao@vibrothers.com.br

Ao Órgão 70006 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI. Pregão Eletrônico N° 900022025. Apresentamos nossa proposta de preços.

| Item | Descrição | Unidade | Qtd | R\$ Unitário | Valor Total |
|------|---|--------------|----------|--------------------------|-------------|
| 27 | FITA ADESIVA - FITA ADESIVA - FITA ADESIVA MATERIAL: PAPEL CREPADO, TIPO: MONOFACE, LARGURA: 50MM, COMPRIMENTO: 50M, COR: BEGE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TARTAN, TRATADO, ADESIVO À BASE DE RESINA E BORRA MARCA: PLASFIX MODELO/VERSÃO: PLASFIX | ROLO 50,00 M | 2.000,00 | 13,57 | 27.140,00 |
| 28 | CAIXA EMBALAGEM - CAIXA EMBALAGEM - CAIXA EMBALAGEM MATERIAL: PAPELÃO, TIPO: ONDULADO, COMPRIMENTO: 370MM, LARGURA: 290MM, ALTURA: 245MM, COR: PARDA, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE MERCADORIAS, FORMATO: RETANGULAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM IMPRESSÃO, GRAMATURA: 820G/M2 MARCA: PRIMUS MODELO/VERSÃO: PRIMUS | UNIDADE | 2.000,00 | 7,67 | 15.340,00 |
| 29 | CAIXA EMBALAGEM - CAIXA EMBALAGEM - CAIXA EMBALAGEM MATERIAL: PAPELÃO, TIPO: ONDULADO, COMPRIMENTO: 430MM, LARGURA: 340MM, ALTURA: 310MM, ESPESSURA: 7MM MARCA: PRIMUS MODELO/VERSÃO: PRIMUS | UNIDADE | 2.000,00 | 9,15 | 18.300,00 |
| 30 | CAIXA EMBALAGEM - CAIXA EMBALAGEM - CAIXA EMBALAGEM MATERIAL: PAPELÃO DUPLO, TIPO: TRIPLEX, COMPRIMENTO: 600MM, LARGURA: 370MM, ALTURA: 400MM, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS, GRAMATURA: 790G/M2 MARCA: PRIMUS MODELO/VERSÃO: PRIMUS | UNIDADE | 2.000,00 | 13,72 | 27.440,00 |
| | | | | Valor total da proposta: | 88.220,00 |

O valor total dessa proposta é de R\$88.220,00 (oitenta e oito mil e duzentos e vinte reais).

**VIBROTHERS SOLUÇÕES (LUCAS O. SANTOS LTDA)**

Rua: Avenida Paulista, 1471 - Conj 511 - SL 02 - CP 3107 - CEP: 01.311-927

São Paulo - SP

Telefone: (11) 91208-0028

CNPJ: 51.643.485/0001-72 IE: 124.627.351.119

Email: licitacao@vibrothers.com.br

Ao Órgão 70006 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI. Pregão Eletrônico N° 900022025. Apresentamos nossa proposta de preços.

| Item | Descrição | Unidade | Qtd | R\$ Unitário | Valor Total |
|------|-----------|---------|-----|--------------|-------------|
|------|-----------|---------|-----|--------------|-------------|

Dados Comerciais:

Banco: [REDACTED]

Conta Corrente: [REDACTED]

Agência: [REDACTED]

Banco: [REDACTED]

Conta Corrente: [REDACTED]

Agência: [REDACTED]

Observações:

Validade da proposta: 60 dias.

Prazo de entrega: 30 dias

Prazo para pagamento: 30 dias.

Método de habilitação: SICAF.

DECLARAÇÕES

- 1) Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;
- 2) Que, até a presente data, inexistem fatos(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) CUMPRIMENTO DO ART. 4º, INCISO VII DA LEI 10.520/02, sob pena de aplicação das penalidades legais cabíveis conforme previsto no Art. 7º da Lei 10.520/02, que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital;
- 4) CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: ter recebido todos os documentos e informações, conhecer e acatar as condições para o cumprimento das obrigações objetos da licitação.
- 5) INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA A PARTICIPAÇÃO: que não incorre em nenhum dos casos relacionados no edital.
- 6) NÃO UTILIZA TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO.
- 7) ACESSIBILIDADE, nos termos do Art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 8) SUSTENTABILIDADE: atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN 01/2010-SLTI.
- 9) ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA: que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, que não tentou influir na decisão de qualquer outro potencial participante desta licitação, e que com estes ou com outras pessoas não discutiu nem recebeu informações.
- 10) ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA: que cumpre os requisitos legais para qualificação como Microempresa, na forma de Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e do Decreto nº 6.204, de 05.09.2007, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 e 49 daquela Lei Complementar. DECLARA, ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e que está regularmente inscrita no Regime Especial Unificado De Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional
- 11) CIÊNCIA E REGULARIDADE COM A RESOLUÇÃO DO CNMP N.º 37/2009.
- 12) AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS DIGITAIS OU DIGITALIZADOS.
- 13) Estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, frete, taxas e encargos.
- 14) Fabricantes dos produtos ofertados estão cadastrados no CTF/APP do Ibama, conforme comprovante em anexo.
- 15) CUMPRIMENTO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE DEFINIDOS PELO ART. 5º, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTIMPOG N. 01/2010:

Que os produtos cotados cumprem os critérios de sustentabilidade, a saber:

I - Que os bens são constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2, quando exigível;

II - Que foram observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, quando exigível;

III - Que os bens serão, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utiliza materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Declaramos ter conhecimento e ciência das normas e leis anticorrupção existentes no Brasil, em especial a Lei nº 12.846/2013 e a Lei nº 8.429/1992, que adotamos políticas e procedimentos visando assegurar o cumprimento da Legislação Anticorrupção, devendo disponibilizar tais políticas e procedimentos ao SENAR/MT, sempre que solicitado, e declaramos ter ciência e compromisso de adesão às diretrizes e recomendações estabelecidas no Código de Ética e Conduta do SENAR/MT

São Paulo - SP, 11 de Março de 2025



VIBROTHERS SOLUÇÕES (LUCAS O. SANTOS LTDA)

Rua: Avenida Paulista, 1471 - Conj 511 - SL 02 - CP 3107 - **CEP:** 01.311-927

São Paulo - SP

Telefone: (11) 91208-0028

CNPJ: 51.643.485/0001-72 **IE:** 124.627.351.119

Email: licitacao@vibrothers.com.br

Representante Legal

Lucas Oliveira Santos

DECLARAÇÕES

LUCAS O. SANTOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 51.643.485/0001-72, Inscrição Estadual 124.627.351.119, situada à Av. Paulista, 1471 - Conj 511 - SL 02 - CP 3107, por meio do seu representante legal, o Sr. Lucas Oliveira Santos, brasileiro, empresário, [REDACTED], **DECLARA sob as penas da lei:**

- 1) **ATENDIMENTO AO ART. 27, INCISO V da LEI 8666/93**, acrescido pela Lei 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;
- 2) **INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA A HABILITAÇÃO**: que, até a presente data, inexistem fatos(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) **CUMPRIMENTO DO ART. 4º, INCISO VII DA LEI 10.520/02**, sob pena de aplicação das penalidades legais cabíveis conforme previsto no Art. 7º da Lei 10.520/02, que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital;
- 4) **CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**: ter recebido todos os documentos e informações, conhecer e acatar as condições para o cumprimento das obrigações objetos da licitação.
- 5) **INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA A PARTICIPAÇÃO**: que não incorre em nenhum dos casos relacionados no edital.
- 6) **NÃO UTILIZA TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO.**
- 7) **ACESSIBILIDADE**, nos termos do Art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 8) **SUSTENTABILIDADE**: atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN 01/2010-SLTI.
- 9) **ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**: que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, que não tentou influir na decisão de qualquer outro potencial participante desta licitação, e que com estes ou com outras pessoas não discutiu nem recebeu informações.
- 10) **ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA**: que cumpre os requisitos legais para qualificação como Microempresa, na forma de Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e do Decreto nº 6.204, de 05.09.2007, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 e 49 daquela Lei Complementar. DECLARA, ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e que está regularmente inscrita no Regime Especial Unificado De Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional
- 11) **CIÊNCIA E REGULARIDADE COM A RESOLUÇÃO DO CNMP N.º 37/2009.**
- 12) **AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS DIGITAIS OU DIGITALIZADOS.**

São Paulo – SP, 22 de agosto de 2024.